

Economia mostra recuperação

Brasil

* 6 JUN 1991

JORNAL DO BRASIL

● Pesquisa realizada com as 500 maiores empresas do país aponta cenário mais otimista

Lia Carneiro

SÃO PAULO — A economia brasileira hoje é semelhante a um doente internado na UTI, ainda em coma, que ameaça apertar o dedo da enfermeira. A conclusão é da pesquisa Tendências Econômicas, elaborada pela empresa de auditoria e consultoria Price Waterhouse, com base em questionários respondidos pelas 500 maiores empresas do país que, juntas, somam um faturamento de US\$ 360 bilhões. Esse otimismo, porém, não sinaliza o fim da coma, mas uma tendência de sair da UTI e esperar uma recuperação dos sentidos no quarto. “A idéia é que continuamos dentro do poço, mas livres daquela sensação de que a queda ainda não acabou”, explica Célio Lora, diretor da Price Waterhouse. “É um otimismo no sentido da estabilização, o que não significa retomada.”

Essa sinalização mais otimista aparece nas expectativas diante do comportamento da produção para o segundo quadrimestre do ano — a pesquisa foi respondida após o Plano Collor II e antes da troca da equipe econômica: 56,4% dos entrevistados pretendem manter seus níveis atuais e surpreendentes 29,1% contam com um crescimento. O resultado é muito diferente do apurado em abril de 1990, logo após o Plano Collor I, quando 62,6% da amostra apostavam em queda da produção e apenas 26,4% não alterariam o ritmo. Uma interpretação possível para esses dados seria a de que, após o Plano Collor II, o setor produtivo já estava operando em limites inferiores. As evidências neste sentido são os resultados mais recentes do nível da atividade industrial. A queda começou em setembro, atingiu seu ponto máximo em dezembro (-8%) e em fevereiro, com um recuo de apenas 0,3%, já sinalizava o fim da trajetória declinante.

Fim do ajuste — As 500 maiores empresas também declararam que esperam uma redução média de 6% no número de empregados neste ano. “Isto significa que, pelo atual número de demitidos, grande parte do ajuste já ocorreu no primeiro trimestre”, explica Lora, destacando mais um provável indicador de estabilidade para o segundo semestre. Além disso, a pesquisa detectou uma mudança com relação à política salarial. Na pesquisa do

Os sinais da recuperação

A inflação da Fipe

Fundação Instituto de Pesquisas

Econômicas da USP

Abril 7,19%

1ª semana de maio 6,47%

2ª semana de maio 6,03%

3ª semana de maio 5,81%

As vendas a prazo

Consultas ao Serviço de

Proteção ao Crédito

(Comparação com o mesmo mês do ano anterior)

Janeiro -17,4%

Fevereiro -0,5%

Março -0,5%

Abril -9,7%

Maio +2,4%

As vendas à vista

Consultas ao Telecheque

Janeiro -20,5%

Fevereiro -20,7%

Março +0,3%

Abril +14,0%

Maio +3,9%

As vendas de carros

Mercado interno

Janeiro 60.485

Fevereiro 58.540

Março 66.155

Abril 39.851

Maio 55.750

Planos mudaram programação

	Plano Collor II	Plano Collor I	Plano Verão
	%	%	%
Revisão com aumento de investimentos	1,8	2,2	2,3
Revisão com redução de investimentos	41,4	66,3	20,9
Modificação apenas qualitativa	8,1	7,9	8,5
Não foi alterada	48,7	23,6	68,3

Fonte: Price Waterhouse

primeiro quadrimestre, 40% planejavam adotar a livre negociação em 1991. Já no segundo quadrimestre, 28% dos entrevistados apostam na reposição parcial da inflação, 25,2% pretendem acompanhar a política oficial e 24,3% insistem na livre negociação.

Mesmo repondo parte da inflação aos salários, os efeitos das demissões são fortes: a participação dos gastos com mão-de-obra nos custos das empresas caiu, em média, de 23,6% na pesquisa anterior para 21%. A participação dos gastos com matérias-primas aumentou de

52,2% para 55% dos custos das empresas, o que mostra que as relações com os fornecedores ainda não se normalizaram. A tendência de estabilização também aparece quando 46% da amostra garantem que não pretendem aumentar seu endividamento e 49% esperam estabilidade na liquidez corrente. Além disso, fica clara uma tentativa de aumentar a eficiência: 34,2% dos entrevistados pretendem aumentar seu giro de ativos e 42,6% querem fazer o mesmo com o giro de seus estoques. No pri-

meiro quadrimestre, a pesquisa mostrou que 45% das empresas previam queda da lucratividade. Agora, esse número diminuiu para 34%.

Inibidores — As previsões de inflação das 500 maiores empresas do país, antes da troca da equipe econômica, eram de 11% em junho, 11,6% em julho e 12,3% em agosto. Para os entrevistados, a causa da inflação continua sendo a memória inflacionária (56,2%), mas o déficit público, que não aparecia na resposta desde o início do governo Collor, retorna com 28,6% dos votos. Na pesquisa, os empresários responderam que as principais vítimas do Plano Collor II foram os trabalhadores (80%) e as indústrias (63,1%). Os efeitos do último plano foram considerados regulares ou péssimos em 56% das respostas.

A perda da credibilidade no governo e na condução da economia brasileira aparece na maioria das respostas — a pesquisa detecta inclusive a intenção de pequenas multinacionais que centralizam suas operações no Brasil de transferirem essa atividade para outro país. O indicador mais grave é o fato de 58% dos entrevistados acreditarem que os investimentos totalizarão apenas 17% do PIB em 1991, quando os padrões mundiais mostram que é preciso empenhar no mínimo 20% do PIB para crescer. Os principais inibidores dos investimentos continuam sendo instabilidade econômica, alta carga tributária, inflação, carência de financiamento a longo prazo e o controle de preços. Nessa pesquisa fica claro que, para conseguir captar os US\$ 120 bilhões que o Brasil precisa para voltar a crescer 5% ao ano, o governo terá que abandonar a prática de editar planos econômicos.

Os efeitos dos planos sobre as decisões dos empresários são dramáticos: no Plano Verão, apenas 20,9% da amostra decidiram reduzir seus investimentos (68,3% não alterariam seus planos); no Plano Collor I a intenção de reduzir os investimentos salta para 66,3% dos entrevistados, e no Plano Collor II, 41,4% revisariam o orçamento (48,7% não fariam novas contas). Os investimentos em 1991 serão destinados à flexibilização das linhas de produção e melhoria operacional. Enquanto no governo Sarney a intenção de investir em expansão das fábricas era de 41%, hoje este número desabou para 18% (25,1% em janeiro).